



ASSEMBLEIA LEGISLATIVO DO ESTADO DO MARANHÃO

MANHÃ

TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA ADVOGADO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

Em todas as opções abaixo há uma frase, da qual foi retirada uma informação implícita (uma inferência).

Assinale a opção em que a inferência apontada está adequada à frase.

- (A) Quando se é velho, é preciso ser mais ativo do que quando jovem / os velhos trabalham mais que os jovens, por isso precisam de energia.
- (B) Uma criança mimada nunca ama sua mãe / é indispensável saber educar os filhos.
- (C) Nunca faça hoje o que podes deixar para amanhã / a pressa é amiga da perfeição.
- (D) Em toda iniciativa, pensa bem aonde queres chegar / em toda atividade, a disciplina financeira é indispensável.
- (E) Morrer gloriosamente é melhor do que salvar-se / a disciplina militar ajuda bastante na trajetória da vida.

2

Observe o texto a seguir.

“Dvorak aproximou-se da entrada da caverna e procurou observar o seu interior. Havia alguns restos de fogueiras e ossos de animais espalhados. Nas paredes, alguns desenhos ininteligíveis, em cores pálidas. O teto mostrava alguns buracos por onde penetrava a luz do sol. Dvorak aprofundou-se na gruta e notou que ela era muito mais funda do que aparentava. Certamente o grupo que conduzia poderia proteger-se ali, já que havia uma só entrada e algumas saídas poderiam ser arranjadas”.

Sobre os diferentes gêneros textuais presentes nesse segmento, é correto afirmar que

- (A) os segmentos do texto mostram estruturação narrativa, com sua básica evolução cronológica.
- (B) o texto é integralmente descritivo, tendo por objeto os aspectos visuais do interior da caverna.
- (C) o texto, após um início narrativo, desvia para a estruturação descritiva, terminando com uma reflexão do personagem.
- (D) o texto, de caráter dissertativo-expositivo, tenta mostrar as dificuldades de encontrar-se um lugar seguro para morar, na época pré-histórica.
- (E) o segmento final do texto mostra que sua finalidade é argumentativa.

3

Assinale a opção que exemplifica um gênero textual diferente dos demais.

- (A) A ciência comete suicídio quando adota um credo.
- (B) Não é possível que exista uma moral científica; mas também não é possível que haja uma ciência imoral.
- (C) Conhecer é um ato. A ciência pertence, portanto, ao âmbito da moral.
- (D) Não devemos acreditar em tudo que nos contam.
- (E) Não há nenhum mal no átomo, apenas na alma dos homens.

4

Há frases interrogativas que são na verdade afirmações, pois a resposta já está contida implicitamente na pergunta, como no seguinte caso:

- (A) Onde você acha que eu moro?
- (B) Pode-me mostrar tua carteira, por favor?
- (C) Gostaria de comer sobremesa?
- (D) Quem pode dizer que dessa água eu não beberei?
- (E) Onde está o meu celular?

5

Assinale a frase em que a preposição *para* tem valor semântico **diferente** do das demais frases.

- (A) Eu gosto do trabalho. Ele me fascina. Posso sentar e olhar para ele por horas.
- (B) Os turistas caminharam para a catedral da cidade, famosa por suas pinturas.
- (C) Para o ministro, a luta contra as injustiças sociais deve ser o principal do programa presidencial.
- (D) A solução para resolver os problemas da pesquisa era ir para a biblioteca.
- (E) Um casal deve caminhar sempre para a mesma meta.

6

Observe o início de uma descrição, em que alguns artigos estão destacados.

“Um casal dirigia-se a um restaurante do centro da cidade para comemorar 20 anos de casados; o restaurante estava repleto, mas havia ainda algumas mesas disponíveis; logo que se sentaram numa delas, um garçom aproximou-se e entregou-lhes o cardápio”.

Sobre um desses artigos, assinale a afirmativa correta.

- (A) “Um casal” mostra o artigo indefinido para indicar nenhuma importância narrativa.
- (B) o termo “o restaurante” mostra o artigo definido por já haver sido citado anteriormente.
- (C) o elemento “um restaurante” mostra o artigo indefinido para mostrar que se trata de um restaurante qualquer, sem sofisticação.
- (D) “um garçom” mostra um emprego inadequado do artigo indefinido.
- (E) “o cardápio” traz um artigo definido por ser um elemento inesperado na situação narrada.

7

Assinale a frase que é expressa sem qualquer redundância, ou seja, emprego desnecessário de palavras.

- (A) Existe um só sucesso: ser capaz de viver a sua vida do seu próprio jeito.
- (B) A loja fora montada com esforço e sua primeira inauguração se daria brevemente.
- (C) Entre todas as nações foram os gregos aqueles que de forma mais bela sonharam o sonho da vida.
- (D) Quem é tão firme de caráter que não pode ser seduzido?
- (E) Os caçadores, em função do perigo, tinham conseguido um abrigo protegido contra as feras.

8

Assinale a frase cujo tema é a própria linguagem.

- (A) Uma casa é feita de tijolo e pedra. Um lar é feito apenas de amor.
- (B) O destino normal das novas verdades é começar como heresias e terminar como superstições.
- (C) Se um homem não descobriu nada pelo que morreria, não está pronto para viver.
- (D) Tantas cabeças, quantas sentenças: cada um tem o seu modo de ver.
- (E) O medo segue o crime e é seu castigo.

9

O verbo *ficar* pode ser empregado como verbo de ligação, com o sentido de “mudança de estado”, equivalente a “tornar-se”.

Assinale a frase que serve de exemplo para esse emprego.

- (A) Nossos corpos são onde nós ficamos, nossos espíritos são o que nós somos.
- (B) Os homens não podem ficar parados no mesmo lugar.
- (C) Onde fica o bairro da Prainha nesta cidade?
- (D) Os livros mais caros ficam nas prateleiras mais altas.
- (E) A justiça pode ficar cega, mas tem dispositivos de escuta muito sofisticados.

10

Assinale a frase em que houve troca indevida entre *se não / senão*.

- (A) O único *senão* da prova era a presença de textos muito longos.
- (B) Só ocorrerá a prova de ciclismo se não chover.
- (C) Fará a prova *senão* ficará arrependido.
- (D) Comprará um carro novo se não tiver problemas econômicos.
- (E) Ninguém, se não ela, para fazer esse trabalho.

11

Todas as frases abaixo são compostas de dois períodos.

A ligação lógica entre eles que está corretamente identificada, é:

- (A) Faz parte da natureza dos mortais pisar ainda mais em quem já caiu. / os dois períodos estão em comparação.
- (B) Quando se tem tudo para temer, não se deve temer nada. / o segundo período é a causa do primeiro.
- (C) Eu não podia esperar pelo sucesso. Assim eu fui em frente sem ele. / o segundo período é uma conclusão do primeiro.
- (D) A vitória tem mil pais, mas a derrota é órfã. / o segundo período é cronologicamente posterior ao primeiro.
- (E) É melhor reinar no inferno do que servir no céu. / os períodos mostram uma relação de alternância.

12

Assinale a frase em que houve troca *indevida* entre os parônimos colocados entre parênteses.

- (A) Durante a conversa, ele não pôde deixar de fazer alusão à sua vida difícil (alusão / ilusão).
- (B) Ele evocou o heroísmo de seus comandados (evocou / invocou).
- (C) Diante daquela proposta inepta ele se limitou a bocejar (inepta / inapta).
- (D) A família perpetuava a memória do general, levando flores ao túmulo (perpetuava / perpetrava).
- (E) Pensando no futuro, o presidente se perdia em toda espécie de conjecturas (conjecturas / conjunturas).

13

Assinale a frase em que a expressão “é que” *não* mostra valor enfático, fazendo parte da estrutura sintática da frase.

- (A) É o uniforme que faz esquecer aquele que o veste.
- (B) O hábito é que torna suportáveis até as coisas assustadoras.
- (C) A resposta é que todos devem colaborar.
- (D) A leitura é que nos torna mais cultos.
- (E) Não sabemos quando é que custa a vida.

14

“O modo de se vestir é uma preocupação ridícula. Mas é muito ridículo para um homem não estar bem-vestido”.

Sobre os componentes e o sentido desse pensamento de um estadista inglês, assinale a afirmação *inadequada*.

- (A) O segmento “O modo de se vestir” mostra uma forma impessoal.
- (B) O segundo período funciona como argumento a favor do anterior.
- (C) Há uma contradição clara entre os dois períodos da frase.
- (D) O primeiro período do texto contém valor concessivo.
- (E) O segmento “não estar bem-vestido” equivale a “estar malvestido”.

15

Assinale a frase em que a substituição do adjetivo sublinhado por uma oração adjetiva de valor semântico equivalente foi feita de forma adequada.

- (A) O estilo é um modo muito simples de dizer coisas complicadas / que se complicam.
- (B) Serviço de emergência disponível só com 24 horas de antecedência / que se mostra disposto.
- (C) Meu animal favorito é o bife / que me favorece.
- (D) Moda, afinal, são apenas epidemias induzidas / que se induzem.
- (E) O poder não satisfaz, é como a droga que sempre exige doses maiores / que são mais perigosas.

16

O adjetivo pode ser substituído por algumas outras palavras ou estruturas de valor equivalente.

Assinale a frase em que a adjetivação relacionada ao substantivo sublinhado é realizada por meio de uma oração desenvolvida.

- (A) O homem que se vende recebe sempre mais do que vale.
- (B) Os lutadores determinados a vencer são adversários difíceis.
- (C) Não confie nas mulheres de mais de quarenta anos.
- (D) Os livros escritos no Romantismo são sentimentais.
- (E) As frutas alimentam o corpo e a alma.

17

Nas frases a seguir foram feitas modificações de modo a mudar o adjetivo da primeira frase para substantivo na segunda.

Assinale a opção em que essa modificação é *inadequada*.

- (A) A afirmação categórica / a categorização da afirmação.
- (B) Uma frase prolixa / a prolixidade da frase.
- (C) Uma apresentação brilhante / o brilhantismo da apresentação.
- (D) A cor opaca / a opacidade da cor.
- (E) O céu escuro / a escuridão do céu.

18

“Um asno será sempre um asno, mesmo se o cobrires de ouro”.

A ideia central dessa frase é a de que

- (A) os animais nunca deixarão de ser animais.
- (B) os seres menores costumam apresentar-se como maiores.
- (C) a riqueza não deve ser desperdiçada.
- (D) muda-se a aparência, mas não a essência.
- (E) homens e animais se equiparam.

19

As frases a seguir são construídas com dois segmentos. Assinale aquela em que **não** há oposição entre eles.

- (A) Nos mortos eu sempre lia alguma coisa nova / e nos vivos ouvia repetir mil vezes mil coisas velhas.
- (B) Chama-se perseverança quando é por uma boa causa / e obstinação quando é por uma ruim.
- (C) O poder desgosta / quem não o possui.
- (D) O segredo de todo poder consiste em saber / que os outros são mais covardes do que nós.
- (E) Deus fez a fêmea / e os costureiros fizeram a mulher.

20

Observe o seguinte segmento textual, de autoria do célebre escritor francês Diderot:

“Além do equador um homem não é inglês, holandês, francês, espanhol ou português. Ele se apega somente àqueles princípios e preconceitos de seu país de origem que justificam a sua conduta ou servem de desculpa para esta. Ele rasteja quando está fraco; ele é violento quando forte; ele tem pressa para adquirir, pressa para desfrutar, e é capaz de todo crime que o conduza mais rapidamente a seus objetivos. Ele é um tigre doméstico que retorna à selva; a sede de sangue toma conta dele outra vez. É assim que todos os europeus, cada um deles indistintamente, têm se mostrado nos países do Novo Mundo. Um delírio coletivo toma conta deles – a sede de ouro”.

Todas as opções a seguir trazem informações explícitas ou implícitas contidas nesse texto.

Assinale a opção que mostra uma informação explícita.

- (A) quando viajam para o Novo Mundo, todos os europeus pretendem enriquecer.
- (B) os europeus, quando no Novo Mundo, voltam a um estágio anterior primitivo, não respeitando as leis.
- (C) os europeus, culturalmente falando, são superiores aos povos do Novo Mundo.
- (D) os europeus, no Novo Mundo, apesar de diferentes países, se igualam em seu procedimento primitivo e ilegal.
- (E) os europeus procedem de forma irracional quando, no Novo Mundo, pretendem adquirir riqueza.

Informática

21

O Word 2019 e o Excel 2019 salvam seus arquivos em determinados formatos por padrão. Assinale as extensões que correspondem aos formatos de arquivo padrão para o Word 2019 e o Excel 2019, respectivamente.

- (A) .doc .xls
- (B) .docx .xlsx
- (C) .odt .ods
- (D) .xls .txt
- (E) .xlsl .docx

22

Um usuário do Windows em português tem instaladas e configuradas 3 impressoras, HP 3160, HP LaserJet Pro 400 e HP Deskjet Plus 6476, tendo definido a segunda delas como impressora padrão.

Nesse cenário, e dado que há outras impressoras disponíveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente será possível imprimir na impressora HP LaserJet Pro 400.
- (B) Para utilizar qualquer impressora que não a HP LaserJet Pro 400, o usuário deverá realizar o mesmo procedimento e alterar a impressora padrão.
- (C) Caso a impressora HP LaserJet Pro 400 seja removida, o usuário não conseguirá imprimir em outra impressora.
- (D) No envio de material para impressão, sem designação específica da impressora, a impressora HP LaserJet Pro 400 será selecionada automaticamente.
- (E) Para remover a impressora HP LaserJet Pro 400, o usuário deve, previamente, designar uma nova impressora padrão.

23

Considere o seguinte trecho de uma planilha MS Excel exibida no modo *Mostrar Fórmulas* (guia *Fórmulas*):

	A	B	C	D
1	3	3	11	0
2	2	2	13	5
3	5	=MÉDIA(D1:D4)	15	=SOMA(A1:B2)
4	1	0	10	1

Dado que a coluna “C” foi selecionada e excluída completamente, assinale os valores exibidos nas células B3 e C3, respectivamente, depois dessa operação.

- (A) 10 e 4.
- (B) 4 e 10.
- (C) 4 e 15.
- (D) 4 e 5.
- (E) 5 e 4.

24

No Windows, há um conjunto de caracteres que não podem ser usados em nomes de pastas e arquivos.

Faz parte dessa lista de caracteres inválidos o caractere

- (A) -
- (B) \$
- (C) (
- (D) *
- (E) _

25

Avalie as afirmativas a seguir, a respeito do *Pincel de Formatação* (PF) do MS Word:

- I. Os tipos de fontes não são afetados pela aplicação do PF.
- II. Os tamanhos das fontes não são afetados pela aplicação do PF.
- III. O PF pode ser acionado pelo mouse, com um clique simples ou um clique duplo.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

Legislação

26

Determinada Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) terá de examinar uma proposição que veicula uma matéria em regime de prioridade.

Assim, em regra, dita Comissão obedecerá ao seguinte prazo para exame dessa matéria:

- (A) cinco dias.
- (B) oito dias.
- (C) dez dias.
- (D) quinze dias.
- (E) trinta dias.

27

A iniciativa popular de lei é um mecanismo singular de participação da sociedade civil nos rumos do governo. Por isso, é prevista também no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), o qual veicula algumas regras para a tramitação de tais projetos de iniciativa popular.

Acerca desse tema e à luz do referido Regimento Interno, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- () Será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta das assinaturas.
- () Projeto de lei de iniciativa popular pode versar sobre o plano de carreiras do Ministério Público Estadual.
- () O projeto de lei de iniciativa popular deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos dezoito por cento dos municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

28

A apreciação de Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Maranhão está entre as atividades mais relevantes da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) no exercício de seu poder constituinte decorrente.

Acerca dessa competência no Regimento Interno da ALEMA, assinale a afirmativa correta.

- (A) A proposta de Emenda à Constituição será submetida a três turnos de discussão e votação.
- (B) Será aprovada a proposta que obtiver, em todos os turnos de votação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da ALEMA, em votação nominal.
- (C) A matéria constante de proposta de Emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa se subscrita por maioria absoluta dos membros da ALEMA.
- (D) A Emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da ALEMA com o respectivo número de ordem e dela enviada cópia ao Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça.
- (E) A ALEMA apreciará proposta de Emenda à Constituição se for apresentada por mais da metade das Câmaras Municipais do Estado com a manifestação de cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

29

Em determinada sessão plenária da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), estavam presentes, ocupando as bancadas, deputados estaduais, convidados do Presidente, ex-parlamentares e funcionários da ALEMA cujas funções estavam diretamente ligadas à sessão plenária. Um dos deputados estaduais inscrito como orador solicitou ao Presidente para falar sentado e de sua bancada.

Acerca dessa sessão, de acordo com o Regimento Interno da ALEMA, é correto afirmar que

- (A) convidados do Presidente podem participar de sessão da ALEMA ocupando as bancadas.
- (B) funcionários da ALEMA que estejam a exercer funções diretamente ligadas à sessão podem permanecer no Plenário e, havendo vagas, inclusive ocupar bancadas.
- (C) em razão de já terem ocupado o cargo público no passado, ex-parlamentares possuem a prerrogativa regimental de, estando presentes às sessões, ocuparem bancadas que estejam vagas.
- (D) o orador deverá falar obrigatoriamente da tribuna, e não de sua bancada.
- (E) o orador deverá falar obrigatoriamente de pé, e não sentado.

30

José, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não reincidente em falta funcional, fez uma crítica ao Governador do Estado do Maranhão, com uso de palavras depreciativas, em determinado despacho em processo administrativo que estava sob sua condução.

Sobre a conduta de José, à luz do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão, é correto afirmar que

- (A) é lícito a José criticar autoridade pública em tal despacho, ainda que se utilize de palavras depreciativas, desde que seus atos não constituam crimes contra a honra.
- (B) José cometeu falta administrativa, sendo passível de punição com suspensão por até 15 (quinze) dias.
- (C) José cometeu falta administrativa, sendo passível de punição com multa correspondente a até 5 (cinco) dias de sua remuneração.
- (D) José cometeu falta administrativa, sendo passível de punição com pena de advertência por escrito.
- (E) José, por não ser reincidente, embora tenha cometido falta administrativa, é passível de punição com pena de advertência de forma oral.

Conhecimentos Específicos

31

O Deputado Estadual João apresentou projeto de lei instituindo um programa social de amparo à saúde de pessoas carentes no âmbito do Estado Alfa. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa e, ao ser encaminhado para sanção, o Governador do Estado foi aconselhado por seus Secretários a vetá-lo. Apesar disso, em razão da forte mobilização popular, o Chefe do Poder Executivo sancionou o projeto, que deu origem à Lei estadual nº X.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido diploma normativo

- (A) apresentou vício de iniciativa, pois incursionou em matéria de iniciativa privativa do Governador, mas o vício foi suprido pela sanção.
- (B) incursionou em temática afeta à assistência social, de competência privativa da União, existindo apenas esse vício na Lei estadual nº X.
- (C) embora tenha criado despesa para a Administração Pública, não se trata de matéria de iniciativa privativa do Governador, de modo que não há vício na Lei estadual nº X.
- (D) apresentou apenas vício de iniciativa, pois incursionou em temática afeta à Administração Pública, de iniciativa privativa do Governador, não sendo o vício suprido pela sanção.
- (E) incursionou em temática afeta à assistência social, de competência privativa da União, e de iniciativa privativa do Governador do Estado, havendo vício na Lei estadual nº X.

32

Irresignado com a decisão que indeferiu o seu requerimento administrativo, um servidor público estadual impetrou mandado de segurança perante o órgão fracionário competente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa. A ordem foi deferida, sendo afastada, pelo órgão fracionário, não pelo pleno do Tribunal de Justiça, a incidência, no caso concreto, da lei estadual que embasara a decisão administrativa e que disciplinava a temática.

A procuradoria do ente público, ao analisar esse proceder, concluiu corretamente que ele era

- (A) irregular, considerando que caberia ao pleno do Tribunal de Justiça se manifestar sobre a não aplicação da lei estadual no caso concreto.
- (B) regular, pois a incidência, ou não, de uma lei no caso concreto, é análise ínsita à função judicante, podendo ser realizada por qualquer órgão jurisdicional.
- (C) regular, considerando que o juízo de incidência não se confunde com o juízo de constitucionalidade de uma lei, devendo ser realizado pelo órgão fracionário.
- (D) irregular, considerando que a lei estadual, enquanto estiver em vigor, não pode ter a sua incidência afastada por nenhum órgão jurisdicional, sob pena de mácula à separação dos poderes.
- (E) regular, salvo se algum interessado requereu, previamente, que o pleno do Tribunal de Justiça fosse instado a se pronunciar a respeito da incidência da lei estadual no caso concreto.

33

Maria foi eleita Deputada Federal pelo Partido Político Alfa. Pouco tempo após a posse, Maria foi sondada em relação ao seu interesse em vir a se filiar ao Partido Político Beta, já que Alfa não atingira os limites exigidos pela cláusula constitucional de desempenho.

Considerando os termos dessa narrativa, é correto afirmar que Maria

- (A) foi eleita pelo sistema proporcional, logo, o mandato obtido pertence a Alfa, o que a impede de se filiar a Beta, sob pena de perda do mandato.
- (B) somente pode se filiar a Beta caso Alfa também não atinja, na eleição subsequente, pela segunda vez consecutiva, o limite exigido pela cláusula constitucional de desempenho.
- (C) embora tenha sido eleita pelo sistema proporcional, pode se filiar a Beta caso haja concordância de Alfa, sendo sua filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário.
- (D) pode se filiar a Beta, desde que este partido político tenha atingido os limites exigidos pela cláusula constitucional de desempenho, não sendo sua filiação considerada para certos fins, como o acesso gratuito ao tempo de televisão.
- (E) pode se filiar a Beta, independentemente deste partido político ter atingido a cláusula constitucional de desempenho, não sendo sua filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e para acesso gratuito ao tempo de rádio.

34

O Procurador-Geral da República ajuizou representação interventiva, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de que o Estado Alfa não aplicou o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais em ações e serviços públicos de saúde.

Considerando os termos dessa narrativa e a sistemática jurídica afeta à respectiva temática, é correto afirmar que se trata de processo

- (A) subjetivo, sendo que a procedência do pedido, pelo STF, vincula o Presidente da República em relação à necessidade de decretação da intervenção.
- (B) objetivo, sendo que a procedência do pedido, pelo STF, produz o efeito de decretação da intervenção, cabendo ao Presidente da República a nomeação do interventor.
- (C) de controle de constitucionalidade, sendo que a procedência do pedido, pelo STF, somente atesta a injuridicidade, cabendo ao Presidente da República avaliar a conveniência de decretar a intervenção.
- (D) de controle da efetividade dos direitos fundamentais, sendo que o Supremo Tribunal Federal somente analisará o pedido formulado após o decurso do prazo constitucional para a correção, pelo Estado Alfa, da injuridicidade detectada.
- (E) de conflito federativo, sendo que a procedência do pedido pelo STF desconstituirá os atos inconstitucionais e possibilitará que o Congresso Nacional avalie a conveniência da intervenção, a ser decretada pelo Presidente da República.

35

Com vistas a implementar práticas inspiradas por pilares ambientais, sociais e de governança, o Estado do Maranhão visa a realizar a contratação de serviço técnico de natureza predominantemente intelectual, com profissional de notória especialização na matéria, para fins de promover o treinamento e aperfeiçoamento de seus servidores acerca do tema.

Além disso, pretende efetuar contratação que tem por objeto a coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) ambas as contratações almejadas são consideradas hipóteses de licitação dispensável.
- (B) para a contratação do referido serviço técnico com profissional de notória especialização, a licitação é dispensável.
- (C) ambas as contratações pretendidas se enquadram como hipóteses de inexigibilidade de licitação.
- (D) para a contratação que tenha por objeto a coleta, processamento e comercialização dos resíduos sólidos nos termos descritos, a licitação é dispensável.
- (E) ambas as contratações devem necessariamente ser precedidas de licitação, pois não podem ser enquadradas como hipóteses de contratação direta.

36

Marcolino estava estudando para concurso público de técnico de gestão administrativa e ficou surpreso ao verificar que alguns princípios amplamente consagrados em relação ao regime jurídico administrativo não estão expressos na Constituição da República, notadamente no *caput* do Art. 37, da Lei Maior, resultando implícitos no ordenamento constitucional.

Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar que são princípios da Administração Pública implícitos na ordem constitucional

- (A) a supremacia do interesse público e a segurança jurídica.
- (B) a moralidade e a autotutela.
- (C) a indisponibilidade do interesse público e a eficiência.
- (D) a transparência e a impessoalidade.
- (E) a proteção da confiança legítima e a publicidade.

37

Os integrantes de certa Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão estão analisando a viabilidade de ajuizamento de ações voltadas para as seguintes situações distintas:

- I. a tutela do direito dos servidores do Poder Legislativo estadual, em decorrência de ato considerado ilegal que impactou nas respectivas remunerações, ensejando grande insatisfação dos mencionados agentes públicos;
- II. a defesa de prerrogativas institucionais da Assembleia, relacionadas ao devido processo legislativo.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a Assembleia Legislativa

- (A) tem personalidade jurídica própria de direito público, de modo que tem capacidade para ajuizar ambas as demandas.
- (B) tem personalidade jurídica própria de direito privado, o que justifica a sua capacidade para o ajuizamento de ambas as demandas.
- (C) não tem personalidade jurídica própria, tampouco capacidade processual para o ajuizamento de nenhuma das demandas.
- (D) não tem personalidade jurídica própria, mas possui capacidade processual para o ajuizamento de demanda para tutelar o direito de seus servidores.
- (E) não tem personalidade jurídica própria, reconhecendo-se-lhe, contudo, capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas institucionais.

38

Jandora realizou um pedido perante o órgão pertinente do Estado do Maranhão para o deferimento de ato administrativo simples e vinculado, mediante a juntada dos documentos que acreditava serem suficientes para tanto.

Não obstante, a autoridade competente para a respectiva apreciação solicitou outros documentos que contêm informações necessárias para o esclarecimento dos fatos, sendo certo que tais dados são adequados e relevantes para o deferimento do ato.

Considerando as disposições gerais da Lei nº 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso a solicitação não seja atendida por Jandora, eventual indeferimento do pedido não precisa indicar os pressupostos de fato e de direito que levaram à decisão.
- (B) Se Jandora optar por não apresentar as informações e documentos solicitados, a Administração não pode impulsionar, de ofício, o processo administrativo em questão.
- (C) Os documentos solicitados devem observar o critério de adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos de Jandora.
- (D) A Administração pode solicitar todas as informações que considerar cabíveis para o deferimento do ato solicitado por Jandora, independentemente da adequação entre meios e fins quanto às obrigações impostas para tanto.
- (E) Ainda que a imposição das obrigações em questão corresponda à nova interpretação da lei, não há vedação quanto à sua aplicação retroativa ao pedido anteriormente realizado por Jandora.

39

Certo estado da federação fez editar a Lei XYZ, que dispõe sobre o zoneamento ecológico (ZEE) e define critérios de silvicultura econômica em seu território, enquanto mecanismo destinado à manutenção, ao aproveitamento e ao uso econômico das florestas.

Tal norma estabeleceu prazo para a implantação do zoneamento ecológico (ZEE) regional, além de delimitar aspectos atinentes à divisão do território e a realocação de empreendimentos, sem condicionar tais medidas à elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) para atividades que deveriam se submeter a estes instrumentos, nos termos da legislação federal.

A constitucionalidade da mencionada norma foi questionada pelas vias pertinentes.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas a União tem competência para legislar sobre a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, de modo que a norma é inconstitucional caso venha a tangenciar as mencionadas áreas.
- (B) O Estado tem competência privativa para legislar sobre a preservação do meio ambiente que está em seu território, inclusive as florestas, razão pela qual a norma é constitucional, porque versa sobre instrumentos ambientais que são de atribuição do aludido ente federativo.
- (C) O mencionado ente federativo não poderia legislar sobre ZEE, nem o delimitar, por se tratar de matéria de interesse local, de competência dos Municípios, mas poderia dispensar a realização de EIA/RIMA, de modo que, neste último aspecto, não há violação da Constituição.
- (D) Compete ao Estado elaborar o ZEE em questão, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional, mas a norma é inconstitucional quanto ao afastamento da realização de EIA/RIMA na situação descrita.
- (E) Todos os entes federativos têm a atribuição de legislar sobre a preservação do meio ambiente, de modo que a referida norma é constitucional, pois atende aos parâmetros atinentes à competência residual dos Estados.

40

Recentemente foi promulgada a Lei Federal nº XYZ, que é silenciosa a respeito de quando a norma entrará em vigor.

Assim, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro (LINDB), a Lei Federal nº XYZ começa a vigorar

- (A) nos Estados estrangeiros, seis meses após a promulgação.
- (B) em todo o país na data da publicação.
- (C) nos Estados estrangeiros, um ano após a publicação.
- (D) em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (E) nos Estados estrangeiros, após a promulgação.

41

Pedro Baleia e Joana Macabéa são sócios do Restaurante Macaleia Gourmet Ltda. Nos últimos meses, a sociedade vem passando por uma grave crise financeira, sendo que o principal fornecedor pretende requerer a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade em razão de algumas obrigações não adimplidas.

Com base na hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em caso de desvio de finalidade, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada de ofício pelo juiz de direito.
- (B) Para fins de desconsideração da personalidade jurídica, a confusão patrimonial é caracterizada pela ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada, entre outros casos, por transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- (C) Caso o Restaurante Macaleia Gourmet Ltda., pertença a um grupo econômico, a simples inadimplência absoluta gera a desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) A alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica constitui desvio de finalidade, podendo gerar a desconsideração da personalidade jurídica.
- (E) Em caso de desconsideração da personalidade jurídica, o patrimônio de cônjuge e descendentes dos sócios pode ser alcançado em caso de desvio de finalidade.

42

Pedro Grilo, originário do município de Bonfim, RR, foi aprovado em concurso público tendo sido nomeado, empossado e lotado no município de Dom Pedro, MA. Como não conhece a cidade, pois pela primeira vez viajou para fora do Estado de Roraima, confia em seu colega de trabalho, Guilherme Estreito, que aluga um imóvel de propriedade de sua sogra para Pedro. Ocorre que três meses após a celebração do contrato, Pedro descobre que o aluguel está excessivamente oneroso, correspondendo a cerca de cinco vezes o preço de mercado.

A respeito da hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O negócio jurídico celebrado por Pedro Grilo é nulo, em virtude do dolo de terceiros cometido por Guilherme.
- (B) O contrato de locação é válido, salvo se Pedro demonstre a má-fé da sogra de Guilherme.
- (C) No caso narrado, ocorre a lesão, visto que, por inexperiência, Pedro se obrigou a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (D) A relação jurídica entre Pedro e a sogra de Guilherme deve ser anulada em virtude do estado de perigo.
- (E) Caso Pedro demonstre o seu erro essencial, haverá a anulabilidade do negócio jurídico.

43

As amigas Gabriela, Ana Terra e Quitéria são proprietárias de uma casa localizada no bairro de Renascença, São Luís, MA. Em janeiro deste ano, venderam o imóvel para Marília, que pagou integralmente o preço avençado na escritura pública, sendo que a entrega do bem deveria ocorrer seis meses após a celebração do contrato. Dois dias antes da entrega do bem, por culpa exclusiva de Ana Terra, o imóvel foi totalmente destruído por causa de um incêndio. Destaca-se que o contrato é omissivo a respeito da solidariedade das vendedoras.

A respeito da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.
- (B) Em virtude do perecimento do bem, as três amigas responderão conjuntamente pelo equivalente mais as perdas e danos.
- (C) O perecimento da casa sempre conduz à resolução da obrigação.
- (D) Como a solidariedade se presume, as três amigas serão solidárias pelas perdas e danos por causa do perecimento do bem.
- (E) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos; assim, as três amigas irão responder pelo equivalente em partes iguais, sendo que as perdas e danos só poderão ser exigidas de Ana Terra, culpada do perecimento.

44

Capitu e Bento brigaram seriamente em um dos apartamentos de um famoso hotel localizado no município de São Luís, MA, em virtude dos ciúmes de Bento. Na briga, Bento arremessou o aparelho de televisão do quarto pela janela atingindo o carro de Machado, que sofreu graves danos.

Com base na situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade pelo ocorrido é exclusivamente de Bento, não tendo o hotel qualquer tipo de responsabilidade.
- (B) O hotel responde objetivamente pelos danos narrados no enunciado, pois Bento é hóspede do hotel.
- (C) Machado deverá acionar somente o casal pelos danos sofridos, sendo que Capitu e Bento têm responsabilidade objetiva pelo ocorrido.
- (D) A responsabilidade do hotel pelos danos causados pelos hóspedes é subjetiva, devendo ser comprovado o dolo ou a culpa.
- (E) Machado nada poderá fazer, devendo suportar os danos, por força do fortuito externo ocorrido na situação narrada.

45

Jorge Ferraz, na condição de responsável pelos recolhimentos previdenciários da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, indaga a você, responsável pela assessoria jurídica, se haveria responsabilidades estatais pelo recolhimento previdenciário sobre remunerações pagas pela Assembleia a pessoas físicas, sem vínculo empregatício ou estatutário.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade estatal, no caso hipotético, é restrita ao adimplemento da remuneração pactuada, sem ônus previdenciários ou tributários, haja vista a imunidade tributária recíproca prevista na Constituição de 1988.
- (B) Somente haveria responsabilidade por recolhimentos previdenciários caso as pessoas físicas tivessem sido contratadas com formalização de vínculo empregatício, o que não ocorreu.
- (C) A responsabilidade estatal reside na ilegal contratação da referida mão de obra, a qual somente pode desempenhar atividades na Assembleia mediante concurso público, excluídos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
- (D) As pessoas contratadas pela Assembleia, já que desprovidas de vínculo empregatício, são qualificadas como contribuintes individuais, cabendo às mesmas os respectivos recolhimentos, sem encargos para o Estado.
- (E) A responsabilidade estatal recai sobre a retenção e o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelos trabalhadores e, ainda, o recolhimento de contribuições previdenciárias patronais, ambos ao RGPS.

46

Maria Cunha, servidora pública do Estado do Maranhão, regularmente aprovada em concurso público e desempenhando suas atividades em cargo público estadual de provimento efetivo, completa 60 anos de idade.

Diante da referida situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria Cunha não poderá se aposentar, pois o Estado do Maranhão deve seguir as mesmas regras de aposentadoria dos servidores federais.
- (B) Maria Cunha, por ser vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, poderá se aposentar, a depender do tempo de contribuição que possua.
- (C) Maria Cunha, vinculada ao Regime Próprio de Previdência Estadual, caso incapacitada permanentemente para sua atividade, poderá ser reabilitada para função diversa da qual desempenhava.
- (D) Maria Cunha, caso opte por permanecer no serviço público até os 75 anos de idade, poderá resgatar o excesso de contribuição porventura realizado ao longo dos anos.
- (E) Maria Cunha somente poderá se aposentar aos 60 anos caso tenha averbado tempo de contribuição prévio ao cargo público, junto ao RGPS.

47

Rogério e Bernardo são policiais e, nessa condição, vestindo uniformes da corporação e no exercício da função, abordaram Júlio (condutor) e Mariana, na Rodovia MA 123, e solicitaram a exibição dos documentos de porte obrigatório. Rogério constatou a autenticidade dos documentos exibidos mas, não obstante, disse a Bernardo que os documentos aparentavam ser falsos, e que, portanto, conduziria Júlio à Delegacia para lavratura do auto de prisão em flagrante. Ato contínuo, Rogério se dirigiu a Mariana e passou a exigir uma quantia em dinheiro para evitar “prejudicar” Júlio, exibindo ostensivamente a arma de fogo de forma ameaçadora, enquanto Bernardo, a pedido de Rogério, manteve Júlio sob custódia a alguns metros de distância. Mariana, então, entregou a Rogério a quantia requerida.

De acordo com a narrativa acima, assinale a opção que corretamente analisa as condutas de cada personagem.

- (A) Rogério e Bernardo agiram em coautoria de crime contra a Administração Pública, pois ambos dividiram tarefas e incidiram no mesmo tipo penal; Mariana incidiu em corrupção ativa.
- (B) Bernardo agiu em erro de tipo, ao passo que a conduta de Rogério se amolda ao tipo penal de extorsão; Mariana agiu sob coação moral irresistível.
- (C) Bernardo agiu em erro de proibição, ao passo que a conduta de Rogério configura concussão; Mariana agiu sob coação física irresistível.
- (D) Bernardo agiu em estrito cumprimento do dever legal, ao passo que Rogério praticou conduta de concussão; Mariana agiu sob coação moral resistível.
- (E) A conduta de Bernardo se amolda ao tipo penal de prevaricação, ao passo que a conduta de Rogério se enquadra no tipo penal de extorsão e Mariana, corrupção ativa.

48

Caio caminha pelas ruas de um Estado estrangeiro quando é surpreendido por Tício, brasileiro, que lhe desfere diversas ofensas, incluindo uma “cusparada” no rosto. O delito de injúria real é fato típico e ilícito em ambos os países.

A respeito do caso relatado, é correto afirmar que

- (A) se Caio também for brasileiro, caberá a aplicação da lei brasileira aos fatos ocorridos no exterior. A ação penal será pública incondicionada, por se tratar de injúria real.
- (B) a lei brasileira é aplicável ao caso, desde que Tício retorne ao Brasil, independentemente de ter havido, ou não, persecução penal na origem.
- (C) ainda que Tício retorne ao Brasil, a lei brasileira não é aplicável ao caso, por se tratar de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.
- (D) se o fato tivesse ocorrido no Brasil, envolvendo estrangeiros, o Brasil não poderia reconhecer a aplicação da lei penal estrangeira ao fato ocorrido em território nacional.
- (E) a hipótese é de extraterritorialidade condicionada, bastando que Tício retorne ao Brasil e que Caio ajuíze a competente queixa-crime para que haja a aplicação da lei penal brasileira.

49

Mathias, por convicção política e filosófica, entende que determinada conduta tipificada pela lei brasileira como crime de menor potencial ofensivo deveria ser descriminalizada. Mathias sabe que há intenso debate sobre a inconstitucionalidade da referida lei, mas ainda não há posicionamento definitivo do Supremo Tribunal Federal a respeito. Assim, Mathias resolve incidir nesta conduta, vindo a ser processado perante o Juizado Especial Criminal competente, sendo, ao fim, proferida sentença condenatória.

Nesse caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Mathias poderá se valer de reclamação constitucional perante a Turma Recursal para pleitear a inconstitucionalidade da norma penal.
- (B) A inconstitucionalidade da norma penal somente poderá ser declarada por maioria absoluta dos Juízes em exercício nas Turmas Recursais do Estado respectivo.
- (C) Mathias poderá se valer de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal para pleitear a inconstitucionalidade da norma penal.
- (D) A arguição de inconstitucionalidade da lei penal depende de suscitação de incidente próprio a ser encaminhado ao Tribunal Pleno ou Órgão Especial do respectivo Tribunal.
- (E) A inconstitucionalidade da norma penal pode ser reconhecida pela Turma Recursal, no julgamento de apelação, sem aplicação da cláusula de reserva de plenário.

50

Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual, bem como as disposições constitucionais aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) Compete aos Juízes Federais processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba praticado no exercício do mandato, sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- (B) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.
- (C) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba da União transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
- (D) Compete aos Juízes Federais processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.
- (E) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social, atribuído a empresa privada.

51

Determinada empresa de locação de veículos é domiciliada no Estado X e não tem filiais em outros estados. No entanto, alguns de seus veículos foram licenciados no Estado Y.

A lei do Estado X prevê que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA é devido ao Estado em que se encontra domiciliada.

Veja-se:

“Art. 1º - O IPVA incide sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.”

Já a lei do Estado Y prevê que o IPVA é devido no Estado em que os veículos foram licenciados.

Veja-se:

“Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores é devido ao Estado em que implementado o licenciamento.”

Sobre a hipótese, é correto afirmar que

- (A) Cabe à lei complementar federal estabelecer normas gerais para definir o fato gerador do IPVA. Como inexistente tal lei complementar, o imposto, no caso apresentado, não poderá ser cobrado por nenhum dos Estados.
- (B) Cabe à lei complementar federal estabelecer normas gerais para definir o fato gerador do IPVA. Como inexistente tal lei complementar, os Estados têm competência legislativa plena para editar leis necessárias à aplicação do tributo, sendo válida a lei do Estado X, nos termos da CRFB/88.
- (C) Cabe à lei complementar federal estabelecer normas gerais para definir o fato gerador do IPVA. Como inexistente tal lei, os Estados têm competência legislativa plena para editar leis necessárias à aplicação do tributo, sendo válida a lei do Estado Y, nos termos da CRFB/88.
- (D) Os Estados têm competência legislativa plena para cobrança de IPVA, não sendo exigida, pela CRFB/88, lei complementar. Na hipótese, a lei mais benéfica ao contribuinte será válida.
- (E) A Lei Complementar que trata de normas gerais no âmbito do IPVA é o Código de Trânsito Brasileiro que prevê que o imposto é devido no Estado X.

52

O Estado ABC pretende fixar, por meio de lei, índices de correção monetária e taxas de juros incidentes sobre seus créditos tributários em índice superior ao estabelecido pela União.

Nesse sentido, é correto afirmar que o Estado ABC

- (A) pode legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos fiscais, limitando-se, porém, aos percentuais estabelecidos pela União para os mesmos fins, visto que à União compete legislar sobre normas gerais.
- (B) pode legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos fiscais em limites superiores aos percentuais estabelecidos pela União para os mesmos fins, tendo em vista tratar-se de competência legislativa concorrente.
- (C) não pode legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos fiscais, devendo utilizar, para tais fins, a legislação da União.
- (D) somente pode legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos não-fiscais.
- (E) somente pode legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos fiscais, em índices superiores aos estabelecidos pela União, por meio de lei complementar.

53

A pessoa jurídica XYZ declarou, em Guia de Informação e Apuração, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS devido. Extemporaneamente, realizou o pagamento integral do imposto previamente declarado, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização por conta do fisco estadual.

Nesse sentido, é correto afirmar que a pessoa jurídica

- (A) deve recolher o valor do ICMS, descontando a multa de mora, pois restou caracterizada a denúncia espontânea.
- (B) deve recolher o valor do ICMS, descontando a multa e os juros de mora, pois restou caracterizada a denúncia espontânea.
- (C) deve recolher o valor do ICMS, aplicando-se o desconto previsto em legislação, pois restou caracterizada a denúncia espontânea.
- (D) deve recolher o valor do ICMS, descontando a multa e os juros de mora e a correção monetária, pois restou caracterizada a denúncia espontânea.
- (E) deve recolher o valor do ICMS, com os devidos acréscimos previstos na legislação, pois não restou caracterizada a denúncia espontânea.

54

Quanto às limitações ao poder de tributar, analise as afirmativas a seguir.

- I. Norma legal que altera prazo de recolhimento da obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.
- II. A fixação da base de cálculo do IPVA, do IPTU e do IPI não está sujeita ao princípio da anterioridade mínima de 90 dias.
- III. a isenção de tributos estaduais prevista em tratado internacional não viola a Constituição Federal, pois a vedação para instituir isenções de tributos de competência dos Estados é dirigida à União Federal enquanto pessoa jurídica de direito interno, e não à República Federativa do Brasil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

55

Afonso Cunha, com 16 anos e não emancipado, pretende iniciar empresa e realizar sua inscrição como empresário individual.

Analisando-se a pretensão de Afonso Cunha à luz das disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com autorização judicial prévia, de caráter revogável, é possível que Afonso Cunha inicie empresa, ainda que não emancipado.
- (B) Não é possível que Afonso Cunha inicie empresa, salvo se autorizado por seus pais, como exercentes do poder familiar, ou na ausência destes, pelo juiz.
- (C) Afonso Cunha não poderá iniciar empresa, pois não se encontra em pleno gozo de sua capacidade civil em razão de sua idade e por não estar emancipado.
- (D) Com autorização judicial prévia, de caráter irrevogável e efeito emancipatório, é possível que Afonso Cunha inicie empresa.
- (E) É possível que Afonso Cunha inicie empresa, pois a capacidade para ser empresário é deferida à pessoa natural maior de 16 anos, ainda que não emancipada.

56

Quatro sociedades empresárias, todas do tipo limitada e subsidiárias de uma quinta sociedade, essa do tipo anônima, requereram recuperação judicial sob consolidação processual em Açailândia, juízo do local do principal estabelecimento entre os devedores.

Acerca da consolidação processual na recuperação judicial, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os credores de cada sociedade deliberarão em assembleias-gerais de credores independentes, sendo os quóruns de instalação e de deliberação verificados, exclusivamente, em referência aos credores de cada devedora.
- (B) A consolidação processual implica a apresentação de plano único e a escolha dos meios de recuperação deve atender aos interesses das subsidiárias, ressalvado o poder de veto da sociedade de comando, desde que justificado.
- (C) Em razão de o plano ser único e a deliberação da assembleia de credores unificada, a consolidação processual não permite que algumas recuperandas obtenham a concessão da recuperação judicial e outras tenham a falência decretada.
- (D) Apesar de a documentação que instrui a petição inicial ser apresentada consolidada e coletivamente por todas as devedoras, apenas 1 (um) administrador judicial será nomeado em caso de deferimento do processamento.
- (E) A consolidação processual acarretará a extinção imediata de garantias fidejussórias e de créditos detidos por uma devedora em face de outra, exceto se o contrário constar do plano unitário e for aprovado pela assembleia-geral de credores.

57

Na Justiça do Trabalho as reclamações trabalhistas tramitam, basicamente, pelos procedimentos ordinário e sumaríssimo.

De acordo com a CLT, assinale a característica que se aplica ao rito sumaríssimo.

- (A) Aplica-se às causas com valor inferior a 50 salários-mínimos.
- (B) A quantidade de testemunhas é de 3 para cada parte e devem ser conduzidas espontaneamente pelo interessado.
- (C) Não cabe quando o reclamado é a administração pública direta, ainda que dela se postule responsabilidade subsidiária.
- (D) A apreciação da reclamação deve ocorrer em até 20 dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário.
- (E) A sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes, dispensado o relatório e o dispositivo.

58

O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) é o meio pelo qual se tenta viabilizar a satisfação do crédito em face dos sócios da empresa.

De acordo com o disposto na CLT e no CPC, assinale a afirmativa correta.

- (A) O IDPJ pode ser instaurado tanto na fase de conhecimento quanto na fase executória.
- (B) O ordenamento jurídico brasileiro não admite o IDPJ inverso.
- (C) Caso o IDPJ seja requerido numa execução trabalhista não haverá suspensão do processo.
- (D) Para recorrer da decisão de um IDPJ manejado na fase executória é necessário garantir o juízo.
- (E) Mesmo que a parte esteja assistida por advogado, o juiz pode instaurar o IDPJ de ofício visando à satisfação da execução.

59

Geovana trabalha em uma empresa como vendedora desde 2022; no seu contracheque, além do salário mensal, aparecem de forma permanente ou ocasional as seguintes verbas: ajuda de custo, comissão, prêmio, abono e gratificação natalina.

De acordo com a CLT, assinale a opção que contempla apenas parcelas que integrarão o salário de Geovana.

- (A) Ajuda de custo e prêmio.
- (B) Comissão e gratificação natalina.
- (C) Abono e ajuda de custo.
- (D) Gratificação natalina e prêmio.
- (E) Prêmio e comissão.

60

A suspensão contratual se diferencia da interrupção porque nesta o empregador deve pagar o salário do período correspondente, ao passo que naquela, não.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica um caso que envolve interrupção e seu respectivo prazo, contanto que devidamente comprovado.

- (A) Até três dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge.
- (B) Nos dias em que o empregado estiver realizando provas de concurso público.
- (C) Até dois dias úteis em virtude de casamento.
- (D) Um dia por ano para acompanhar filho de até dez anos de idade em consulta médica.
- (E) Até três dias, em cada doze meses de trabalho, para realizar exames preventivos de câncer.

Questão Discursiva

Observe o seguinte texto do filósofo Friedrich Nietzsche:

“Buscar trabalho pelo salário – nisso quase todos os homens dos países civilizados são iguais; para eles o trabalho é um meio, não um fim em si; e por isso são pouco refinados na escolha do trabalho, desde que proporcione uma boa renda. Mas existem seres raros, que preferem morrer a trabalhar sem ter prazer no trabalho: são aqueles seletivos, difíceis de satisfazer, aos quais não serve uma boa renda, se o trabalho mesmo não for a maior de todas as rendas. A essa rara espécie de homem pertencem os artistas e contemplativos de todos os gêneros, mas também os ociosos que passam a vida a caçar, em viagens, em atividades amorosas e aventuras. Todos estes querem o trabalho e a necessidade enquanto estejam associados ao prazer, e até o mais duro e difícil trabalho, se tiver de ser. De outro modo são de uma resoluta indolência, ainda que ela traga miséria, desonra, perigo para a saúde e a vida. Não é o tédio que eles tanto receiam, mas o trabalho sem prazer; necessitam mesmo de muito tédio, para serem bem-sucedidos no seu trabalho”. (1882)

Esse texto trata das relações das pessoas com o trabalho no século XIX. **E você, qual a sua visão acerca do trabalho em sua vida? Como você o encara? Diga o que pensa a respeito, num texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 15 e no máximo 20 linhas.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Realização

